

Asfaltamento da BR em terra indígena continua paralisado

Não há, até o momento, nenhuma definição a respeito do asfaltamento da BR-174 no trecho que corta a reserva dos índios Waimiri-Atroari, mais de seis meses após os indígenas terem impedido a continuação das obras até que o governo lhes pagasse adiantando 3,75 milhões de reais, necessários à implantação de um programa de segurança e preservação da reserva.

Não está definido, por exemplo, quem pagará aos índios a importância exigida. Ao iniciar o asfaltamento em seu território, o governo amazonense negociou com os próprios índios e se comprometeu a bancar a implantação do programa de preservação, com parcelas a serem repassadas nos próximos dez anos.

Não satisfeitos, os índios exigiram pagamento integral adiantado. A partir daí houve negociações a nível de governo federal entre o Ministério da Justiça, ao qual está subordinada a Funai, órgão tutor dos índios, e o Ministério do Exército, responsável pela obra

no trecho da reserva, através do 6º Batalhão de Engenharia e Construção, sediado em Roraima.

Na época o ministro Nelson Jobim declarou que os recursos exigidos pelos índios seriam pagos pelo Ministério da Justiça. "Na verdade o governo federal está enrolando os estados de Amazonas e Roraima, já que não há até agora nenhuma definição para a questão", disse ontem o deputado federal Salomão Cruz, em entrevista à Folha.

De acordo com o parlamentar, ninguém no governo deve se interessar pelo assunto nos próximos meses, em função das chuvas. "Só em maio ou junho a BR vai ter condições de ser trabalhada".

Ele criticou ainda o fato de o governo brasileiro está cedendo às pressões das comunidades indígenas, orientadas pela Funai, principalmente em se tratando do prejuízo causado ao 6º BEC, que já estava instalado no local do asfaltamento. "Isto demonstra que quem está mandando no país é a Funai", destacou.